

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

ATA N.º 3/2018

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO

----Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila das Lajes das Flores, no Auditório Municipal, reuniu-se a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Almeida dos Reis, secretariado pelos Srs. Deputados Municipais Maria da Conceição Vieira Gomes e Rigoberto Martins Gomes. --

----Procedeu-se à chamada, verificando-se estarem presentes os seguintes deputados municipais: José Gabriel Freitas Eduardo, Bruno Filipe de Freitas Belo, Lígia Maria de Mendonça Inocêncio Teixeira, José António Corvelo de Freitas, Hélia Maria Sousa Silva Lopes, Lisa Gomes Pimentel Serpa, Horácio Fernando da Silva Costa, Marta Sofia Gomes Soares, José Celestino Linhares da Câmara, Avelino Filipe Freitas, André dos Santos Serpa, Iolanda Graciosa Cabral de Freitas Arruda, Válder Branco Filipe, Verónica Marisa Alves Eduardo, Maria Isabel de Freitas Tenente, Marco Paulo Serpa Mendonça, Luís Manuel Fernandes Caramelo, Hermenegildo Pacheco Amaral, Eliseu Alexandre Andrade Câmara. -----

---Estiveram também presentes os deputados municipais Avelino Filipe Freitas, em substituição de Carla Patrícia Moniz Gomes dos Santos, Válder Branco Filipe em substituição de Victor José Lourenço Fagundes, e Hermenegildo Pacheco Amaral em substituição de Marco Paulo Gomes Oliveira. -----

---Marcaram também presença o Sr. Presidente da Câmara Luís Carlos Martins Maciel, o Sr. Vereador Beto Alexandre Azevedo Vasconcelos, a Sra. Vereadora Maria Victorina Sousa Silveira, e o Sr. Vereador Pedro Alexandre da Silva Vieira. -----

---Não esteve presente a Sra. Vereadora Esmeralda Maria Rodrigues da Silveira Câmara Lourenço. -----

---Sendo 14:00 horas o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

---Seguidamente, e, nos termos do nº 3 do artigo 7º do Regimento, o Sr. Presidente da Assembleia confirmou a identidade e legitimidade do Senhor Válder Branco Filipe, portador do Cartão de Cidadão nº 13839976, natural e residente na freguesia da Fajã Grande, concelho de Lajes das Flores e do Senhor Hermenegildo Pacheco Amaral, portador do Cartão de Cidadão nº 5603883, natural e residente da Freguesia da Fazenda das Lajes, concelho de Lajes das Flores.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---Foi colocada para análise e discussão a proposta de ata nº 2, da reunião ordinária celebrada a 30 de abril de 2018. Não tendo havido intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

---O Sr. Presidente da Assembleia informou a correspondência recebida pela mesa da Assembleia comunicando estar disponível para consulta. -----

----- **OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO** -----

---O Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. Presidente da Câmara a tomar o seu lugar na Mesa para poder prestar os esclarecimentos necessários sobre os assuntos de interesse para o Município que os presentes entendam colocar. -----

Plano
17/01/17
17/01/17

-----O Sr. Deputado António Corvelo referiu que foi alertado por pessoas da ilha sobre o acesso à água quente na freguesia da Costa do Lajedo, que oferece algum perigo. Mencionou que deveria ser revisto, e que deveriam colocar sinalética que indique perigo e sinalizar a água quente. Em relação a última reunião da apresentação da construção da Central Hidroelétrica, notou que existem cada vez mais estrangeiros a viver na Ilha, e que muitos destes vivem sem condições mínimas de higiene e segurança, referiu que pode ser uma escolha de vida que tem que ser respeitado, mas que não querem que depois sejam apontadas responsabilidades à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, no caso de uma derrocada, ou acidente. Concluiu que deveriam tentar cumprir as regras que existem nos termos de legislação e procurar sensibilizar as pessoas para as regras. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação à primeira questão do acesso à água quente na freguesia da Costa do Lajedo, é um trilho que frequentemente fazem trabalhos de manutenção, porque é uma zona de grande instabilidade, informou que não recebeu nenhuma indicação de que fosse preciso manutenção. Agradeceu a chamada de atenção e afirmou que irão ver as condições de circulação e de sinalética de modo a melhorar quer as condições de informação, quer também as condições de segurança. Em relação à segunda questão das pessoas que vivem em casas ou zonas supostamente clandestinas ou não licenciadas, referiu que do ponto de vista oficial a Câmara Municipal não tem conhecimento destas situações, informou que do ponto de vista legal e procedimental neste momento não sabe qual será o procedimento que a Câmara Municipal terá que seguir, mas será importante verificar as competências e ver o que podem fazer para regularizar esta situação. Propôs que fosse consultado o Jurista que dá apoio à Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Deputado António Corvelo referiu que a questão era apenas salvaguardar a Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que o assunto trazido pelo Sr. Deputado António Corvelo é muito pertinente, e que Sr. Presidente da Câmara é a autoridade municipal de proteção civil e que tem responsabilidades que a própria lei impõe. Em relação à água quente não queria particularizar à água quente uma vez que está chegando ao período alto do turismo é importante a água quente e a sinalização de perigo, mas também é importante a reabilitação do que é necessário para as pessoas possam usufruir do espaço. Faz uma chamada de atenção para uma limpeza geral não só da água quente. Em relação à conclusão das obras da ponte surge a questão já levantada anteriormente sobre eletrificação do Jardim Municipal, e outra situação refere-se à construção da rampa de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, que está sendo construída ao lado da passadeira o que não faz muito sentido. Referiu que o que é feito normalmente é o rebaixamento do passeio da passadeira para que o acesso seja feito em segurança. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação à primeira questão sobre a eletrificação do Jardim Municipal é uma intervenção que já está a decorrer e que está praticamente concluída, faltado apenas a ligação da EDA, informou que em relação à eletrificação do parque de estacionamento virado para a Avenida do Emigrante, uma vez que é uma estrada Regional, estão a tentar ver junto do Governo Regional se efetuavam esta iluminação. Em relação à segunda questão sobre a rampa para pessoas com mobilidade reduzida é uma intervenção que não é da Câmara Municipal, porque é uma via da Secretaria Regional das Obras Públicas. Informou que em relação a esta matéria o Sr. Vice-Presidente

Beto Vasconcelos está mais dentro do assunto, pedindo assim para passar a palavra ao mesmo. -----

----O Sr. Vice-Presidente Beto Vasconcelos referiu que a questão foi colocada na última reunião de Câmara Municipal, onde a Sra. Vereadora Esmeralda Lourenço referiu que a rampa deveria ser colocada no mesmo sítio que estava anteriormente e não na passadeira. Respondeu que o que tentaram junto das Obras Públicas foi que estes mantivessem a rampa o mais próximo do edifício Polivalente. -----

----O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que a sua preocupação é que a passagem seja feita num lugar mais fácil para quem vai utilizar, mas que não seja contraditória as regras de segurança do código da estrada. Concluiu que ou muda-se a passadeira para baixo ou coloca-se a rampa na passadeira. -----

----O Sr. Presidente da Câmara referiu que concorda, e que a proposta na altura à questão da colocação da rampa é que normalmente os carros que trazem as pessoas estacionariam e as pessoas saíam já junto à rampa mais próximo do acesso. Concluiu que a passadeira também faria sentido no caso da viatura parar no parque de estacionamento. -----

----O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que a passadeira poderia ser deslocada uns metros a baixo. -----

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que seria mais fácil fazer duas rampas uma para os carros e uma na passadeira. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que podem transmitir esta decisão ao Sr. Delegado das Obras Públicas. -----

----O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que sobre o saneamento do bairro Ângelo de Freitas Henriques, onde a zona de acesso às fossas encontra-se na Pousada que foi vendida, questionou assim se foi salvaguardada num futuro investimento que poderá decorrer de forma a não criar constrangimentos. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que ficou devidamente salvaguardada. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira questionou se em relação à listagem dos programas ocupacionais que receberam se constam todos os colocados, pedindo para verificarem. Em relação aos últimos contratos ao abrigo destes programas questionou se já consta o local onde a pessoa irá exercer funções. Por fim a última questão é relativamente à informação que receberam sobre as valorizações remuneratórias, discorda da informação dada que no entender trata-se de uma resposta evasiva que carece de transparência e imparcialidade. Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se leu o nº 1 do artigo 18º da Lei de Orçamento de Estado que passou a citar “Para os titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, são permitidas, nos termos dos números seguintes, a partir do dia 1 de janeiro de 2018 e não podendo produzir efeitos em data anterior, as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes dos seguintes atos: a) Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão; b) Promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos, incluindo nos casos em que dependam da abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respetivas categorias de acesso.” Referiu ainda que o nº 1 remete para o nº 9 da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro identificando a quem se aplica estas valorizações, chamando especial atenção para a alínea p) do nº 2 do artigo 9º que refere que “Os trabalhadores que exercem funções públicas na Presidência da República, na Assembleia da República, em outros órgãos constitucionais, bem como os

P. L. N.
H. Gomes
n.º 1-2.

que exercem funções públicas, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, incluindo os trabalhadores em processo de requalificação e em licença extraordinária.” Referiu que na informação recebida o ponto nº 4 do artigo 18º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro estabelece que “o número de pontos atribuído ao abrigo dos números anteriores é comunicado pelo órgão ou serviço a cada trabalhador, com a discriminação anual e respetiva fundamentação.” Concluiu que a Câmara Municipal não comunicou aos trabalhadores esta situação e o ponto nº 4 não coloca de fora o estabelecido no ponto nº 1, exigem que se cumpra a Lei, devendo a Câmara Municipal providenciar que esta comunicação seja efetuada o mais rápido possível. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente à primeira questão a listagem que remeteram não foi de todas as pessoas que estão nos programas, mas sim das pessoas que estavam nos programas, mas que poderiam reunir os requisitos para poderem ser regularizadas através da nova legislação de regularização de precários, mas que poderá enviar a listagem com todas as pessoas que estão atualmente em programas ocupacionais. Em relação à questão dos contratos normalmente o contrato não refere o local, porque depois é feito um pedido de autorização para a pessoa exercer funções num local diferente, referiu que é da opinião que funciona melhor desta forma uma vez que têm alguns casos que a pessoa pede para trabalhar numa determinada entidade ou em Juntas de Freguesia. Em relação à última questão das posições remuneratórias referiu que querem cumprir a Lei, e que foi pedido aos serviços da Câmara Municipal que analisassem e avaliassem esta situação nomeadamente recorrendo as entidades que dão apoio na área administrativa e jurídica para procederem dentro da normalidade, e a conclusão que os serviços chegaram foi que nestes casos a obrigação de comunicar por escrito é só para casos particulares. Solicitou para a Sra. Deputada Lígia Teixeira depois enviar os dados uma vez que pela Norma que tinha entregue na última reunião chegaram a conclusão que aquela Norma não se aplicava ao pessoal que estava de serviço. -----

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira explicou que a Norma está no artigo nº 4. Referiu que os serviços Administrativos solicitaram informação à entidade que dá apoio que deverá ter sido a DROAP. Questionou se existe algum parecer. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não que a entidade se refere aos juristas. --

----A Sra. Deputada Lígia Teixeira referiu que se pedirem informação à DROAP, terão acesso às duas circulares que saíram sobre este assunto. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que irá confirmar. -----

----Não existindo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

-----**ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

----O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse um breve esclarecimento sobre o relatório de atividades e situação financeira do Município. -----

----O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer uma breve descrição das atividades desempenhadas desde a última reunião de Assembleia. Referiu as atividades regulares nomeadamente manutenção de espaços públicos, jardins, caminhos e recolha de resíduos; em relação ao emprego colocaram 10 trabalhadores ao abrigo do Programa CTTS, e regularização do pessoal ao abrigo da regularização de precários; continuação dos apoios na área social nomeadamente no programa “Lajes Solidária”, apoio à aquisição de medicamentos, comemoração do dia mundial da Criança, celebração do Dia da Europa, exibição de filmes no âmbito do Festival Cine ‘Eco; na área do urbanismo, continuação das obras do Canil Municipal, conclusão das obras no Polo Museológico na freguesia da Fajã

Grande, nomeadamente das instalações sanitárias e zona de arrumos, construção de proteções em madeira nos contentores de resíduos, sobretudo na freguesia da Fajã Grande, pavimentação de alguns troços no caminho da Boca das Canadas na freguesia da Lomba, alguns trabalhos de limpeza das zonas balneares, instalação de água quente nas zonas balneares no porto das Lajes e no Complexo XXI na freguesia da Fajã Grande, instalação da iluminação pública no jardim Municipal, pavimentação em betão do caminho da Barreira Vermelha, reorganização do Largo de Santo António, junto à Igreja das Lajes, pintura de muros e por ultimo a candidatura às 7 Maravilhas à Mesa. -----

----Seguidamente e não existindo intervenções o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem do dia. -----

----- **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAJES DAS FLORES; -**

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi analisado e discutido em reunião de Comissão Permanente, e que já efetuou as alterações. Concluiu que a Sra. Deputada Lúcia Teixeira esteve presente na reunião se for necessário acrescentar alguma coisa. Explicou que o Regimento foi adaptado à Lei 75/2013 e, entretanto, o grupo Municipal do PSD apresentou uma proposta relativamente ao período das reuniões. -----

----O Sr. Deputado José Gabriel referiu que os artigos e as alterações inseridas, vêm no sentido de retificar e ficar de acordo com a legislação atual. Concluiu que concordam com as alterações propostas. -----

----A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que o que foi discutido na reunião de Comissão Permanente foi no sentido de que esta tem se demonstrado uma administração aberta, participativa e colaborativa, é importante proporcionar a todos os munícipes a possibilidade de participarem nas reuniões da Assembleia Municipal, mas como grande maioria dos nossos residentes do Concelho trabalham, e por não existir na Lei a possibilidade de justificar a ausência do serviço para participar nas reuniões o grupo Municipal do PSD, sugeria que por regra se mantém as reuniões com início às catorze horas, mas que pelo menos existisse uma reunião pós laboral de forma a permitir a participação de todos os Munícipes. -----

----O Sr. Deputado António Corvelo referiu que em relação ao artigo nº 56, em que refere pelo menos uma reunião que permita que os Munícipes possam participar, sugerem que esta reunião seja a de fevereiro. -----

----O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que o fato de sugerirem que seja em fevereiro não causa nenhum constrangimento, mas se o objetivo é permitir a proximidade das pessoas e depois estar a limitar a um determinado período não acha correto. Concluindo que pode ser preferencialmente em fevereiro. -----

----O Sr. Deputado António Corvelo referiu que tiveram em conta que na reunião de fevereiro existe menos expediente, e que na sua opinião pessoal no período de junho até ao final do verão as pessoas têm festas e outras atividades que não iriam participar nas reuniões. Conclui que o texto poderá dizer preferencialmente em fevereiro e não apenas em fevereiro. -----

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que será alterado para preferencialmente em fevereiro ou para outra data que o plenário assim entender. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO SETOR AGRÍCOLA-----

-----Neste ponto foram analisadas e discutidas as sugestões de alteração. -----

-----Depois de todas as sugestões serem discutidas e analisadas, elaboraram a proposta que segue em anexo. -----

-----Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, após negociação da proposta apresentada pelo grupo Municipal do PSD. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DO ROC. -----

----O Sr. Presidente da Câmara referiu que uma vez que a Empresa OcidentalMais, está em processo de liquidação ainda têm que fazer a apresentação das contas consolidadas do Município com as contas da OcidentalMais. Em relação as contas do Município já foram aprovadas em reunião de Assembleia Municipal e em relação à OcidentalMais a empresa tem estado inativa. Concluiu que de acordo com a comunicação do ROC os documentos estão conformes e reúne as condições para serem aprovados. -----

----Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com abstenção do grupo Municipal do PSD. -----

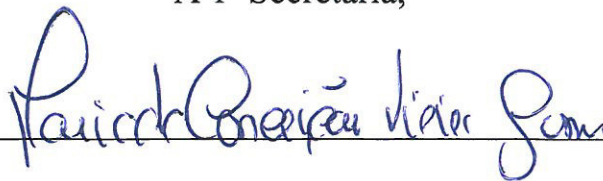
----**ENCERRAMENTO:** Assim, não existindo outros assuntos a tratar, e sendo dezasseis horas e trinta minutos, o Sr. Presidente desta Assembleia declarou encerrada a reunião. ---

----Da mesma se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e posta à discussão e votação será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente,



A 1ª Secretária,



O 2º Secretário,



Propostas de alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Setor Agrícola

E.L.A.
H. Gomes
P. J. D. - fl.

Artigo 11º Limite ao Apoio

2) (...)

- a) Projetos cuja área não exceda os 119m² dispões de um apoio de 3000,00 euro;
- b) Projetos cuja área seja superior a 119m² e não exceda os 200m², dispões de um apoio de 4000, 00 euros;
- c) Projetos cuja área exceda os 200m², dispõe de um apoio de 5000,00 euros;

6) Poderão ser apreciados projetos alternativos, sujeitos aos demais regulamentos Municipais e uma vez aprovados, dispõem de um apoio de 500:00 euros, cumulativos aos apoios estabelecidos no anterior nº 2.

Artigo 12º Outras intervenções

- 1) O Candidato que inicie ou exerça a sua atividade na área da horticultura, fruticultura e floricultura dispõe de um apoio no valor de 50% da despesa efetuada num montante máximo de 4000, 00 euros.

2) (...)

Artigo 19º Reembolso

Os apoios serão reembolsados mediante a apresentação das faturas que comprovem a execução da despesa.

Artigo 20º Entrada em vigor

(anterior artigo 19º)